

UM OLHAR SOBRE OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL

Marcelo Leles Romarco de Oliveira

Doutorando em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRRJ
Bolsista da CAPES
mlromarco@yahoo.com.br

RESUMO

Esse texto procura levantar algumas reflexões acerca de assentamentos rurais no entorno do Distrito Federal, especificamente no município de Padre Bernardo em Goiás. Nessa região, a luta pela terra se dá, sobretudo, por causa da sua localização estratégica, da estrutura fundiária que beneficia os grandes especuladores de terras e a da monocultura modernizada associada à pecuária melhorada que beneficiam as grandes propriedades.

Palavras-chave: Assentamentos rurais, reforma agrária, entorno do Distrito Federal, migrantes.

ONE LOOK ON RURAL SETTLED GROUPS IN NEIGHBORHOODS OF THE FEDERAL DISTRICT - BRAZIL

ABSTRACT

This work is about to make some points through the reflections of rural settled groups in the area of Distrito Federal, mainly concerning the municipal of Padre Bernardo at Goiás, Brazil. In that area, the fight for land is made, especially, because of its strategic localization, and its land structure which benefits the big land speculators and the modern monoculture associated to the better cattle breeding that make the big land benefited.

Key-words: Rural settled groups, agrarian reform, Distrito Federal, migrant.

INTRODUÇÃO

Esse texto procura levantar algumas reflexões acerca de assentamentos rurais no entorno do Distrito Federal¹, especificamente no município de Padre Bernardo em Goiás, o trabalho iniciou-se a partir da convivência com assentados na época da elaboração de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA)², em assentamentos dos municípios de desta região. Para a coleta das informações foram utilizados dados secundários (relatórios do Incra, recorte de jornais, portarias e outros documentos), relatos orais e da observação participante que permitiu acumular um grande número de informações com diferentes informantes, observando-se práticas e dinâmicas sociais no dia-a-dia. Malinowski (1978), expressou que através da convivência diária, da capacidade de compreender o que está sendo dito além de participar das conversas e acontecimentos do cotidiano do objeto de estudo, é possível coletar uma quantidade maior de dados.

Elias (2000) outro autor que, guardadas as devidas especificidades, nos faz refletir acerca de estudos mais localizados. Ele aborda que um dos benefícios de uma investigação intensiva numa comunidade seria entender melhor a natureza dos fenômenos pesquisados.

Esses dados permitiram observar que na região do entorno do Distrito Federal, a luta pela terra se dá, sobretudo, por causa da sua localização estratégica, da estrutura fundiária que beneficia os

grandes especuladores de terras e a da monocultura modernizada associada à pecuária melhorada que beneficiam as grandes propriedades.

Em outubro de 2004, na posse do Superintendente Regional do Incra SR (28), o presidente do Instituto, em seu discurso³ afirmou que a região do entorno do Distrito Federal é considerada uma das regiões mais delicadas do país e um dos principais desafios a serem enfrentados pelo Incra,

“Com o avanço dos grãos, a valorização do preço da soja, os complexos agroindústrias estão atraindo muita gente pra cá. (...) Todos os dias milhares de pessoas chegam na Rodoferroviária em busca de terras” (Presidente do Incra, Rolf Hackbart, outubro de 2004).

Ainda em seu discurso Rolf considera o entorno do DF como uma região “explosiva⁴”, o que favorece em muito os conflitos agrários na região. Isso se deve principalmente por causa da estrutura fundiária, da grande valorização das terras através de especulação imobiliária, da monocultura dos grãos e da intensa migração de pessoas em busca de trabalho e terras na região. Nesse sentido, estudos realizados por Aguiar et al (1994) mostraram que as regiões do entorno, principalmente os municípios de Cristalina e Padre Bernardo que têm uma agricultura centrada na monocultura, têm causado sérios danos ao meio ambiente pelo uso excessivo de agrotóxico e, pelo manejo inadequado e pela utilização de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, forçando o deslocamento da população rural para as áreas urbanas do entorno. Paralela a essa situação, segundo os mesmos autores, é cada vez mais freqüente os sítios de finais de semana que substituem áreas de agricultura de subsistência, consideradas essenciais, por manterem um equilíbrio mais compatível com o meio ambiente. Além disso, com o estabelecimento dos sítios de lazer ou de final de semana, parte da população se desloca para os centros urbanos em busca de emprego.

Para Leite et al (2004), a associação entre migração, concentração fundiária e modernização conservadora da agricultura da região favoreceu a abertura de três modalidades de conflitos:

“Uma entre posseiros e grileiros, ambos interessados em ampliar o controle sobre as terras valorizadas pelo processo de modernização; outra entre colonos e moradores, de um lado, e proprietários, de outro, resultante do rompimento de contratos de parceria; e uma terceira, provocada pela intensificação da presença de trabalhadores rurais sem terra e sem trabalho nas periferias das cidades da região” (idem, 2004:50).

Esses elementos associados ao processo de redemocratização do país possibilitaram um cenário político-social favorável à reforma agrária. E a partir dos anos de 1970, mediadores ligados principalmente à igreja católica e posteriormente com o movimento sindical nos anos 1980, a bandeira por reforma agrária passou a ganhar força e culminou com a ocupação de áreas improdutivas nos estados de Goiás e Minas Gerais, próximas ao entorno do Distrito Federal. No final da década de 1980, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terras (MST) passou a ter também uma participação efetiva na luta pela terra na região.

Segundo Oliveira (2002), o aumento do número de ocupações de terras na região e as pressões dos movimentos de luta pela terra, favoreceram que o Ministério Extraordinário de Política Fundiária e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a criarem, em dezembro de 1997, a Superintendência Regional do Distrito Federal e entorno - SR(28), por considerarem:

“(...) a inconteste exigência, decorrente da falta de estrutura e os conflitos agrários existentes que em muito vem prejudicando os processos de Reforma Agrária na Região do Distrito Federal e entorno” (INCRA, 1997).

Com esse ato, o governo criou uma Superintendência com mais “autonomia”, com objetivo de amenizar a situação fundiária da região. A Superintendência “adotou” municípios pertencentes à região do entorno no estado de Goiás e municípios da região noroeste de Minas Gerais: Arinos, Buritis, Formoso e Unai.

Em fevereiro de 2006 eram 139 assentamentos com 9.312 famílias assentadas, sob jurisdição da SR (28), divididos da seguinte forma: 84 assentamentos no Estado de Goiás e 55 assentamentos

no estado de Minas Gerais. Os referentes aos Municípios e aos Estados podem ser observados nas tabelas 1 e 2.

Na figura 1, podemos observar que na região do entorno do DF existe um número expressivo de assentamentos, criados principalmente na segunda metade da década de 1990, com destaque para o ano de 1998, com 32 assentamentos novos.

Tabela 1

Projetos de assentamentos de Reforma agrária no Estado de Goiás**

Goiás	Assentamentos	Famílias assentadas	(%) por Estado
Água Fria de Goiás	4	186	4,76
Alto Paraíso de Goiás	2	210	2,38
Alvorada do Norte	2	150	2,38
Brasília	11	715	13,10
Cabeceiras	2	56	2,38
Cavalcante	1	36	1,19
Cidade Ocidental	1	57	1,19
Cristalina	4	539	4,76
Colinas do Sul	1	20	1,19
Cocalzinho de Goiás	1	168	1,19
Divinópolis de Goiás	1	85	1,19
Flores de Goiás	10	1262	11,90
Formosa	8	735	9,52
Guarani de Goiás	2	72	2,38
Luziânia	2	108	2,38
Mambai	6	191	7,14
Monte Alegre de Goiás	1	49	1,19
Nova Roma	1	64	1,19
Padre Bernardo	8	588	9,52
Planaltina	4	163	4,76
Posse	1	94	1,19
São Domingos	2	100	2,38
São João D'Aliança	6	472	7,14
Simolândia	1	49	1,19
Sítio D'Abadia	1	52	1,19
Teresina de Goiás	1	49	1,19
Total	84	6270	100,00

Tabela 2

Projetos de assentamentos de Reforma agrária no Estado de Minas Gerais**

Minas Gerais	Assentamentos	Famílias assentadas	(%) por Estado
Arinos	12	771	21,82
Burititis	16	526	29,09
Formoso	5	388	9,09
Unaí	22	1357	40,00
Total	55	3042	100,00

Fonte: SR(28) fevereiro de 2006. * Sob jurisdição da Superintendência do Entorno e Distrito Federal-(SR28).

Tabela elaborada pelo autor.

** Nessa tabela não estão computados dados de assentamentos oriundos do Banco da Terra.

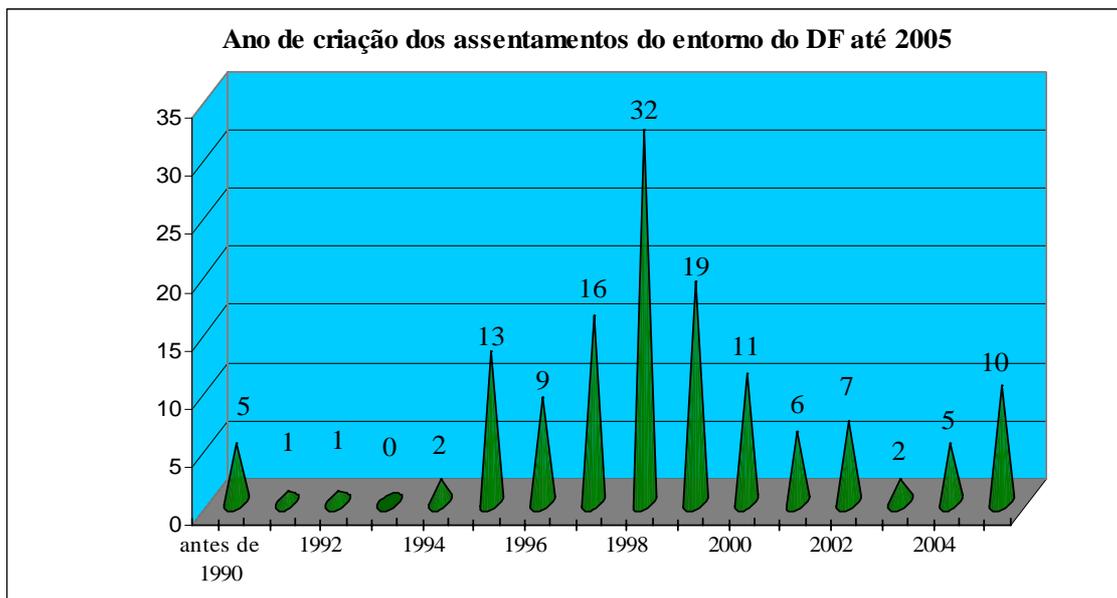


Figura 1 - Assentamentos de reforma agrária do INCRA SR 28 criados no entorno do Distrito Federal, de 1990 a 2004

Fonte: Incra, SR (28), fevereiro de 2006, elaborado pelo autor

A partir dos dados apresentados, podemos formular algumas hipóteses que favoreceram a criação de vários assentamentos, na década de 1990 na região, a saber,

1. À grande presença de movimentos sociais na região, principalmente a do MST, que promoveu uma campanha nas cidades satélites do DF, convidando as pessoas a ocuparem terras. É interessante ressaltar que, na década de 1990 Brasília passou uma grave crise relacionada à falta de emprego. Isso favoreceu que aquelas pessoas que estavam desempregadas ou que tinham acabado de migrar para Brasília entrassem na luta pela terra e visse na ocupação de terras uma modalidade de emprego;
2. À criação de uma superintendência em 1997 para agilizar a reforma agrária na região, atrelada, ao plano de metas da superintendência. Segundo os técnicos do Incra, na época do governo Fernando Henrique, ficou definido que nas fazendas desapropriadas deveriam ser assentadas o maior número de famílias possíveis, não importando como fosse as condições que essas famílias fossem assentadas.

Todavia, em pesquisa de campo realizada em 2004 e 2006, ficou evidente que o grande número de assentamentos criados na região não significou a qualidade para eles. Isso fica claro principalmente no que tange a infra-estrutura como água, estradas, energia elétrica⁵ e assistência técnica. Para muitos desses assentados, a reforma agrária ainda não aconteceu. Como podemos perceber nas falas de alguns entrevistados,

“(…) do tempo do acampamento até agora [assentamento] já são seis anos e até hoje eu tenho que buscar água longe. Furaram um poço artesiano ali, mas não foi suficiente para jogar água pra todas as casas e a maioria tem que buscar de carroça ou pagar o carreto que cobra até R\$ 4,00 por um galão de 200 litros. Sem contar que para o poço funcionar é a gente que tem que pagar o diesel. Ai é uma briga danada porque uns paga e outros não. O Incra foi incapaz de colocar um gerador de luz para evitar esses problemas” (Sr. H. assentado no

Vereda I, Pe Bernardo-GO, 2004).

“Aqui a gente não tem luz, água. Quando chove, as estradas do assentamento fica intransitável, falta posto médico se uma pessoa adoecer é perigoso pode até morrer por falta de socorro. (...), a assistência técnica não existe. Quando tem é a SINUELO [empresa privada], que faz de conta que presta a assistência, mas na verdade vive passando a perna nos assentados, faz o projeto pega o seu dinheiro e vai embora e o assentado que se dane. O Incra sumiu daqui tem muito tempo que a gente não vê o pessoal do Incra aqui. Eles nem vieram fiscalizar, para saber o que a gente fez com o dinheiro dos créditos (...) na verdade, Marcelo, estamos entregues a própria sorte” (Sr. A. assentado no Vereda II, Pe Bernardo-GO, 2004).

“Sei que estamos aquém das nossas capacidades, faltam veículos, um plano de carreira para os nossos funcionários, faltam funcionários para atender todos os nossos assentamentos”. (Presidente do Incra, Rolf Hackbart, outubro de 2004).

As condições e as dificuldades em que assentados se encontram é de certa forma reconhecidas pelos agentes do Incra. Assim, podemos observar que os interesses para a criação desses assentamentos estavam atrelados a uma política do Incra na gestão do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que estava preocupada apenas com geração de números ou a estatísticas positivas sobre a quantidade de assentamentos criados, o que, infelizmente, não refletiu na qualidade dos assentamentos.

Os atores sociais dos assentamentos no entorno do Distrito Federal

A região do entorno do Distrito Federal, é por excelência uma região constituída principalmente por migrantes, que vieram para a região em busca de *oportunidade melhor*⁶. Com a criação dos assentamentos rurais na região, ocorreu a possibilidade dos trabalhadores locais e principalmente desses migrantes que ora tinham vindo das diversas regiões do país para Brasília, de terem acesso a terra e a trabalho. Isso tem permitido que muitos trabalhadores que viviam na cidade voltassem ao campo. “*Aqui pelo menos eu tenho uma casa, planto o meu milho, tenho as minhas galinhas e bodes têm dificuldades, mas não passo fome, na cidade foi muito difícil*” (Sra. Or, assentamento Vereda I 2004).

Dessa forma, muitos desses trabalhadores depois de anos ou até décadas morando na cidade descobrem que lá era muito difícil de alcançar seus objetivos, sobretudo por causa das transformações ocorridas no mercado de trabalho e da violência na cidade. Desta forma, resolvem buscar por meio da organização de movimentos populares como os que lutam por reforma agrária (MST), condições mínimas de cidadania e, assim, muitos ingressam na luta pela terra. Isso nos conduz a observações similares elaboradas por Sousa (1999),

“Esses trabalhadores após alguns anos de convivência na cidade, acabam entrando em contato com outros moradores, os quais já perceberam que devem suas condições de vida à organização excludente da sociedade e que, para mudarem de vida, devem se organizar junto a movimentos sociais. (...). Como resultado essas pessoas provenientes do êxodo rural vão se juntar a esses grupos indo engrossar o movimento dos sem-terra, ao encontro do sonho” (idem, 1999:606).

Martins (2003) chama atenção que a reforma agrária surge para essas pessoas permitindo transformar o marginalizado em cidadão, possibilitando a construção de uma nova realidade social. Assim, lutar pela terra, em boa parte, significa lutar pelos direitos de moradia, uma possibilidade que se apresenta na reforma agrária, é,

“Na morada que se encontram os mecanismos de reprodução da família e sociabilidade familiar, que se renova na sacralidade dos laços de família e a mística da relação com a terra” (idem, 2003: 21).

Apesar de todas as dificuldades de se viver nos assentamentos, muitas pessoas preferem essa condição a vida difícil que levaram nos seus locais de origem ou até mesmo em Brasília, onde para muitos o sonho do *eldorado*⁷ acabou não acontecendo e os desencontros da vida os

levaram a percorrer um caminho para áreas de conflitos, em busca de terra, passando a viver em barracos de lona preta, sem condições mínimas de sobrevivência. Isso ficou evidente, para mim ao realizar pesquisas em assentamentos rurais na região com migrantes com trajetórias cidade-assentamento. Essa pesquisa me permite formular alguns elementos que possam auxiliar e entender porque essas pessoas deixaram Brasília e entraram na luta pela terra na região.

Assim, elementos como trabalhar no que é seu, moradia e terra própria, algo importante para muitos, além da possibilidade de fugirem da violência das cidades satélites, foram decisivos para que essas pessoas partissem para um acampamento e, posteriormente, um assentamento. Dessa forma, pude mapear três elementos relevantes para essa decisão, a saber,

Como pode ser constatado que a maioria dessas famílias assentadas na região vinham do Distrito Federal, cidade em que o desemprego e a falta de perspectiva em relação ao mercado de trabalho que passava por um processo de reestruturação contribuiu para a exclusão, sobretudo, dos mais velhos e dos com menos qualificação, ou seja, a pessoa com idade avançada e sem estudo *não presta mais para arrumar emprego* (Sr. C, assentamento Angicos, 2001).

“Teve uma vez que eu cheguei lá e fiz uma ficha num abatedor de frango, em Brasília, quando eles descobriram a minha idade, eles mandaram embora na mesma hora. Eu tinha 55 anos na época. A vida lá é muito sofrida” (Sra. Or, assentamento Vereda I, 2001).

“O cara com mais de 40 anos é muito difícil, você vê como o pobre sofre na cidade. Você com mais de 40 anos, não arruma emprego, o governo vem aposentar o cidadão com 60 a 65 anos. Quer dizer que nesse período ele tem que ralar. Ele vai comer o que, pedra?” (Sr. B, assentamento Vereda I, 2004).

A questão do desemprego também pode ser apontada como um elemento incentivador para essas famílias irem para um assentamento. Isso fica evidente ao analisar as taxas de desemprego do Distrito Federal nos anos de 1990, onde a região passou quase toda a década com taxas muito elevadas de desemprego, com destaque para o ano de 1998, em que a taxa de 19,50% foi a maior de todo o período.

Outro elemento é a violência que vem crescendo em Brasília tem assustado muitos moradores: *“nós moradores era quem ficava preso em casa assustados com a bandidagem”*. Nesse sentido, Martins (1999) chama atenção que Brasília tem se tornado de ilha da tranquilidade e da fantasia em império do medo e do pavor.

“Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do DF, no primeiro semestre de 1998, ocorreram 172 estupros, 23 a mais do que em igual período, 242 homicídios, 484 roubos de carros e 448 arrombamentos de residências” (idem, 1999:71).

Essa violência contribuiu para que muitos fossem para o assentamento, em busca de um lugar mais tranquilo,

“Eu nem quero mais saber de cidade. Hoje até os jovens estão desempregados e outra é porque na cidade tem muito vagabundo. Nós dormimos presos e eles ficam soltos, porque nas casas tem que ter tudo com grade e trancado de cadeado” (Sr. D, assentamento Vereda I, 2001).

“Em 1995 eu vinha do serviço e vinha na frente. Eu peguei uma carona com um colega. Aí foi quando os vagabundos me pegaram para assaltar e na época me levaram uns 20 contos. Acho que na época era R\$ 20,00. Eu usava uns cordões de michelin. Levaram e me deram um tiro no pescoço e depois deram mais dois tiros. Não morri mesmo porque não chegou o dia” (Sr. F, assentamento Vereda I, 2001).

Por último, a vontade de possuir um “pedaço” de terra, ter uma *chácara*⁸ ou até mesmo uma moradia própria está presente desde o início do processo migratório dessas pessoas. A possibilidade de realizar o sonho de conseguir o “pedaço” de terra acontece a partir do ano de 1998, quando o MST começou a organizar os trabalhadores nas cidades satélites de Brasília para

ocupações de fazendas improdutivas em municípios do entorno do Distrito Federal, entre estes, o município de Padre Bernardo. Com a possibilidade de “ganhar um pedaço de terra” através das ocupações, estes migrantes resolveram acompanhar o *movimento* para realizar o sonho de ter a terra.

“Rapaz eu trabalhei muito na cidade no ABC em São Paulo em Brasília, mas o que eu gosto é mesmo da roça, aqui eu fico mais feliz, apesar das dificuldade que a gente ta passando por falta de créditos e essas coisas” (Sr. J, assentamento Mambai, 2004).

“Eu sempre fui da roça, vim pra Brasília porque em Pernambuco não tinha condições de sobreviver, mas sofri muito em Brasília, eu não tinha estudo o meu estudo é só dedo. Trabalhei de empregada doméstica, garçõete e lavadeira, ai a gente vai ficando velha o sr, já viu ninguém que dar emprego. Ai quando surgiu a oportunidade de vim para o acampamento para ganhar um pedaço de terra, eu logo falei com o meu velho vamos pra lá com os sem-terras? Ai o meu velho aceitou e a gente tá aqui, feliz com as minhas galinhas” (Sra. Or, assentamento Vereda I, 2001).

Dessa forma, a possibilidade de ganhar uma *chácara* fez com que esses trabalhadores se aproximassem do MST, engrossando, assim, o movimento de luta pela terra na região. Além disso, a ocupação de terras para alguns surge como uma possibilidade de conseguir ocupação. Para muitos, o MST era um movimento que conheciam, até então, apenas pela imprensa televisiva, especialmente, através do acontecimento de Eldorado dos Carajás, em 1996. E o que eles faziam não era correto, “invadir” terras dos outros, mas depois que entraram no movimento passaram a entender o que era reforma agrária e quais eram seus direitos.

“Rapaz, eu tinha um medo daquilo [das ocupações]. Medo demais, porque a gente via as brigas, principalmente naquele lugar que teve as mortes, no Pará, em Eldorado, onde matou um ‘mucado’ de gente lá. Então aquilo ali me deixou como medo” (Sr. G, assentamento Vereda I, 2001).

“No movimento eu ouvi falar, naquela ocasião, que teve aquela briga lá no Pará, onde mataram o Chico Mendes, era negócio dos sem-terras. E eu ficava pensando, será que eu vou para os sem-terras, será que vai acontecer comigo desse jeito também?” (Sr. D, assentamento Vereda I, 2001).

Olhando para os relatos acima fica evidenciada a presença de elementos importantes tais como: a relação com a terra caracterizada pela origem rural dessas pessoas, o desconhecimento sobre a própria reforma agrária, ou seja, as informações que chegavam até eles eram aquelas passadas pela televisão e que mostrava uma idéia de que as pessoas que participam de ocupações são desordeiros. E por fim, a idéia de que a terra que é ocupada é ganha, pois, antes de virem para as ocupações os boatos que corriam na região era que o governo estava dando terras.

Sobre essa questão ao abordar alguns entrevistados sob o porquê deles falarem que a terra era dada mesmo sabendo que eles teriam que pagar, os assentados responderam que por um lado, quando eles vieram para o acampamento que não precisaria pagar a terra, depois que descobriram que teriam de pagar eles resolveram não desistir, pois já tinham resolvido acampar e iriam até o final. E por outro, eles se sentiam ganhadores porque lá no acampamento chegou a ter quase 1000 famílias acampadas e só 450 famílias seriam assentadas, e eles eram uma dessas famílias que tinham sido contempladas.

“Eu sei que vou pagar um pouquinho pela terra, mas eu acho que é dado porque era muita gente querendo e só alguns ganharam como um concurso, muitos se inscrevem e poucos passam. (...) Uma vez eu ganhei um lote no Recanto das Emas e foi a mesma coisa, tinha muita gente querendo e só alguns conseguiram” (Sr. B, assentamento Vereda I, 2001).

A noção de “terra dada” mostra um sentimento de obrigação e favores, que muitos atribuem a situação vivida por eles em Brasília, onde alguns tinham “ganhado” um lote do Roriz assim,

“Eu ouvi falar que estava dando lote em Brazlândia [cidade satélite], ai fiz a

inscrição para ganhar um lote. Ai eu ganhei o lote que foi dado pelo Roriz (sic). Isso foi no período da saída do outro governo do Roriz, em 1994. O Roriz, pra min, sempre foi um ótimo governo, porque tinha gente que nunca teve um lote e ele deu (...) se ele for candidato no ano que vem eu voto nele de novo” (Sra. Or, assentamento Vereda I, 2001).

“Desde que eu cheguei a gente mudou duas vezes, morei de 1971 até 1974 em Taguatinga Centro e, de 1974 até 1978 morei em Taguatinga norte. Depois de 1979 mudei para Guariroba, Ceilândia Sul. Essa casa eu ganhei, acho que foi do governador Zé Ornelas. A casa foi o governo que me deu antes eu estava morando de aluguel, esse governador foi e me deu a casa, que eu pagava pouquinho de prestação” (Sr. D, assentamento Vereda I, 2001).

Gouvêa (1998) chama atenção para a estratégia de distribuição de lotes em Brasília, como o Programa PROMORAR⁹ que estava atrelado a interesses eleitoreiros e de desmobilização de movimentos de trabalhadores que buscavam melhores condições de habitabilidade. Nesse sentido, Borges (2003) chama atenção que em sua pesquisa na cidade satélite do Recanto das Emas, a autora constatou que dentre as várias exigências que se tinha para concorrer a um lote em Brasília uma delas era que a pessoa pretendente ao lote fosse eleitora do Distrito Federal, ou seja, teria que transferir o seu título para Brasília. Ainda segundo a autora

“Ao interesse de alguns políticos pela expansão territorial e populacional, vem calhar a disposição de certas famílias em morar nesses locais novos, transferindo suas vidas (e seus títulos de eleitor) para lá” (Borges, 2003:49).

Essa maneira de fazer política demonstra uma relação de clientelismo que está por traz da “distribuição” de lotes em Brasília. Uma vez que essas pessoas (beneficiadas) acabam servindo como *peças que fornecem a energia social necessária à expansão do poder político*. (Borges, 2003).

Outro elemento que foi possível de identificar com assentados da região foi a possibilidade que muitos viram nas ocupações de terras uma oportunidade de ganhar “algum dinheiro” através da venda da *chácara*¹⁰ ou até mesmo de pegarem o crédito do PRONAF e desviar do objetivo principal, ou seja, que seria aplicar na propriedade.

“Aqui teve gente que só esperou que os créditos saíssem, pra gastar o dinheiro com bobagem (...) comprou carro velho, foram pra zona gastou com mulher e depois de não terem mais dinheiro, venderam a *chácara* e sumiram no mundo. Pelo menos uns três fizeram isso” (Sr. I assentamento Vereda I, 2004).

“Teve gente que o crédito saiu num dia e no outro tirou os filhos da escola, não esperou nem o ano letivo terminar, vendeu a *chácara* e foi logo embora” (Funcionário da Escola do assentamento Boa Vista, 2004).

“A gente sabe que tem muita gente que usa o crédito errado ou desvia, isso é motivo de muitas denúncias, mas para gente é difícil de fiscalizar porque faltam funcionários, carros e diárias” (Técnico do Incra, 2004).

As falas que retratavam os desvios dos recursos da reforma agrária foram recorrentes em outras entrevistas realizadas em 2004. Para muitos, a conclusão é que a falta de fiscalização do Incra em relação à aplicação dos recursos e a ausência do órgão nos assentamentos, são os principais elementos que favorecem os assentados a desviarem os recursos.

“Em todo lugar tem gente desonesta você sabe (...) O pessoal desvia os créditos porque o Incra sumiu tem mais de seis meses que um técnico não vem aqui no assentamento, mesmo assim quando vem e para arrumar intrigas” (Sra. L, assentamento Vereda II, 2004).

É importante ressaltar aqui, que o meu papel de pesquisador é não fazer pré-julgamentos desses assentados, que tenha por ventura, utilizado o crédito de outra forma, e sim procurar retratar esses, fatos. Pois, acredito que, para entender a atitude desses assentados seria necessário um investimento em trabalho de campo com os mesmos procurando entender quais os motivos ou as razões que tenham levados a utilizar o crédito para outros fins ou até mesmo vendido suas

parcelas.

Observações finais

Por meio deste trabalho, procurei apresentar algumas reflexões sobre os assentamentos rurais no entorno do Distrito Federal, procurando apontar alguns elementos, sobretudo no que diz respeito à política de reforma agrária e dos possíveis atores presentes nestes assentamentos.

Em se tratando de política de reforma agrária na região fica claro que os assentamentos criados na década de 1990 e nos anos subseqüentes estiveram, por um lado, atrelado a uma política do quanto “*mais melhor*”, ou seja, quanto mais assentamentos fossem criados não importando com as questões de infra-estrutura, assistência técnica e outros eram necessários. Essa medida serviria para diminuir a pressão exercida pelos movimentos sociais na região, além de cumprir as metas da nova Superintendência SR(28). E por outro, na grande maioria dos assentamentos foi assentado um grande número de famílias, excedendo a capacidade física de cada fazenda, o que acarretou num grande número de parcelas improdutivas.

No caso dos atores sociais presentes nesses assentamentos, se considerar dois momentos na vida desses assentados, ou seja, local de nascimento e o anterior ao assentamentos, podemos observar que a grande maioria realizou uma migração longa. Para isso tomo como exemplo, dados dos chefes de família do assentamento Vereda I, no município de Padre Bernardo, neste assentamento foi possível constatar que todas as famílias não eram do município onde tinham sido assentadas, mas em sua grande maioria tinham uma origem rural cerca de 82,86%. Entretanto, cerca de 81,43% tinham vivido na cidade por um período médio de 10 anos, antes de migrarem para o assentamento. Muitos destes assentados vieram de Estados do nordeste, de Minas Gerais, de Goiás e de outras regiões do Brasil. E depois de muitos deslocamentos vieram parar no assentamento. Esses dados mostram, que esses trabalhadores carregam um elemento comum ao campesinato brasileiro, ou seja, o seu desenraizamento.

No assentamento muitos irão reproduzir diversos valores que foram acumulados ao longo da trajetória de suas vidas. Dessa forma, fica a seguinte questão: o assentamento poderá ser um ponto final¹¹ para essas famílias migrantes? Acredito que é necessário relativizar esse questionamento do ponto final, pois é preciso refletir na idéia de que o assentamento pode ser visto como relativo para essas famílias, uma vez que o assentamento pode ou não garantir alguma permanência delas na localidade em que se alcançou uma das etapas da luta pela terra.

Referências

AGUIAR, Tereza Coni; MAGUAGO, Angélica Alves; BARRUCHO, Roberto de Castro Nóbrega; et al. O entorno do Distrito Federal: no espaço e desordem ambiental. In: **Anais do IX Encontro**, 1994, v.2. pp.131-141. Disponível em: <www.abep.org.br> Acesso em out./2001.

BORGES, Antonádia. **Tempo de Brasília: Etnografando lugares-eventos da política**. Rio de Janeiro, Relumê Dumará-NUAP/UFRJ. 2003.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno-SR/28. Laudo n. 084, de 14 de setembro de 1998. Avalia o imóvel rural denominado “Vereda ou Boa Vista”, eleito para servir como área de aquisição para fins de Reforma Agrária e Interesse Social. Relator: Benemilson Oliveira dos Santos. **INCRA**, Brasília.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed. 2000.

GOUVEA, Luiz Alberto. “A capital do controle e da segregação social” In: PAVIANI, Aldo (Org) **A conquista da cidade movimentos populares em Brasília**. Brasília, UnB. 1998. pp75-96.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes; LEME, Heládio Jose de Campos. A região metropolitana de Brasília no contexto. In: HOGAN, Daniel. et al (orgs). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População, UNICAMP, 2001. pp 75-107.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Resolução n°. 138, 22 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a criação da Superintendência Regional do Distrito Federal e

Entorno-SR(28), com jurisdição abrangendo as áreas de atuação do Distrito Federal e municípios do Entorno. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, n.52, p.30863, 23 dez. 1997. Seção 1.

LEITE, Sergio. et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo, Editora da UNESP. 2004.

MALINOVSKI, Bronislaw Kasper. Argonautas do Pacífico Ocidental. In. **Os pensadores**. São Paulo. Abril cultural. 1978.

MARTINS, José de Souza. "O sujeito da reforma agrária (estudos comparativo de cinco assentamentos)". In: MARTINS, José de Souza (org). **Travessias a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003. pp 7-52.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. segunda parte pp 184-318.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões. **Caderno Temático**, Rio de Janeiro, 1994. n.º 01, 59 p.

PEREIRA, José Roberto. **De camponeses a membro do MST: os novos produtores rurais e sua organização social**. Brasília, UnB, 2000. 221p. (Tese - Doutorado em Sociologia).

SOUSA, Regina Sueli. Terra o calcanhar de Aquiles do Brasil? In: **Estudos** Revista da Universidade Católica de Goiás. Volume 26, n.º 4. 1999. pp 591-612.

¹ Segundo Guimarães e Leme (2001), a Região do Entorno de Brasília é composta por 22 municípios e foi instituída oficialmente em 19/02/1998. Além do município de Brasília, que é territorialmente delimitado pela área do Distrito Federal, a região abrange 19 municípios do Estado de Goiás (Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa) e dois outros municípios de Minas Gerais (Buritis e Unai).

² O PDA, elaborado pela equipe na qual eu fazia parte tinha a finalidade de elaborar, com a participação dos assentados, um plano que definiria as diretrizes para o assentamento no curto, médio e longo prazo. A coordenação dos trabalhos era feita pelo Grupo de trabalho de reforma agrária da Universidade de Brasília.

³ O pesquisador estava presente na posse do novo Superintendente da SR (28), o senhor Renato Lordello, que aconteceu no dia 18 de outubro de 2004, na sede da Superintendência em Brasília.

⁴ Em seminário realizado em maio de 06, no CPDA, Rolf reinteirou a problemática da região do entorno, definido-a como *explosiva e delicada*.

⁵ Na região a eletrificação rural chegou no final de 2005 e início de 2006, através do Programa Luz para Todos do Governo Federal em Parceria com a Companhia Elétrica de Goiás.

⁶ Na fala de alguns entrevistados, quando perguntei porque vieram para Brasília a fala mais recorrente era a busca de oportunidade melhores, que para eles significava ter emprego, moradia e não passar fome.

⁷ O termo **eldorado** foi cunhado por migrantes que tive a oportunidade de entrevistar em assentamentos rurais no entorno do Distrito Federal. Para muitos o termo se refere ao sonho que tinham com a cidade no caso aqui Brasília de encontrar uma "vida melhor e ficarem ricos". "Eu achei que ia chegar aqui [Brasília] e ficar rico ganhar muito dinheiro e ajudar a minha família. Todo mundo naquela época falava que aqui era o eldorado" (Sr. D, Vereda I, 2001).

⁸ *Chácara* é uma categoria nativa que para os assentados. Significa uma parcela de terra maior que um lote e menor que uma fazenda, onde cada família ocupa a extensão total de 20 hectares, incluindo a moradia e a área de terra que se dispõe para o plantio.

⁹ "O Programa PROMORAR, em Brasília, era utilizado como instrumento para legitimar, junto à população, a candidatura do governador José Ornellas ao Senado Federal, o que de fato ocorreu em 1986" (Gouvêa, 1998:89).

¹⁰ Aqui é importante ressaltar que essa venda da *chácara* é um negócio proibido e segundo um funcionário, do Incra quando o negócio é descoberto quem comprou tem que desocupar a área comprada e quem vendeu fica "sujo" com o Incra. "O cabloco fica impossibilitado de tirar terra em qualquer unidade da

federação, pois o nome dele fica registrado no SIPRA, e se ele tentar tirar um lote em outra superintendência o cadastro aparece, que ele já tirou lote aqui. (...) quem comprou fica no prejuízo principalmente se ele não tiver perfil da reforma agrária. É a mesma coisa que comprar um carro roubado” (Técnico do Incra, 2004).

¹¹ Tal reflexão do ponto final surgiu, das contribuições dos colegas e da professora Leonilde Medeiros, durante a disciplina de Seminário de Tese ministrada no primeiro semestre de 2004.